



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ASSINATURA DE MENSAGEM
REAJUSTANDO OS BENEFÍCIOS
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Palácio do Planalto
6 de abril

As melhorias dos aposentados têm a função de manter seu poder aquisitivo nos mesmos níveis daqueles que estão na ativa.

6 de abril — O Presidente Sarney repõe as perdas dos aposentados entre 1979 e 1984, e fixa um piso mínimo para aposentadoria e auxílios, a ser reajustado em gatilho de inflação de 20%.

Em minhas viagens pelo País, e ainda no sábado, na reunião com líderes da área trabalhadora do Brasil, mais uma vez senti o quanto a defasagem dos benefícios da Previdência Social e o baixo piso desses benefícios vinham angustiando amplas faixas de nossa população.

Nunca hesitei quanto à necessidade de começarmos a corrigir estas distorções.

Contando com o trabalho competente e eficiente do senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, Dr. Raphael de Almeida Magalhães, incansável na busca de melhoria de nossos serviços previdenciários, temos procurado soluções que possam satisfazer aos aposentados, pois o mínimo que merece quem trabalhou toda uma vida é a correção e a justiça de nossos atos.

Gostaria de lembrar que estou, também, sensível ao problema, atendendo aos milhares de apelos que recebi do

Brasil inteiro, encaminhados à Presidência da República através da Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão, presidida pelo jornalista Fernando César Mesquita.

Estamos assim corrigindo injustiças.

Estamos elevando o piso dos benefícios da Previdência, melhorando a situação de mais de 4 milhões de pessoas. Agora a menor contribuição, como bem acentuou o ministro da Previdência, será praticamente igual ao salário mínimo.

Graças ao desempenho econômico do ano passado e aos esforços de racionalização e saneamento dos gastos, a receita da Previdência pode aumentar em 30% e é por isso que podemos hoje adotar estas medidas.

É indispensável, portanto, para que o País possa sanar as injustiças da sociedade, assegurar o crescimento das contas, que continuem em equilíbrio e possamos ter recursos disponíveis para a área social.

Daí por que a recessão passa a ser sempre a nossa maior inimiga. A ela, portanto, não nos devemos render, pois, com o esforço de nosso povo, a economia tem armas para vencê-la.

Jamais nos afastaremos da diretriz básica de concedermos prioridade ao social, pois de nada adiantaria construirmos um Brasil rico para um povo em estado de miséria e de sofrimento.

As medidas agora tomadas marcam o começo de um processo de revisão e distorções que vêm de longe.

Além disso, evidentemente, já não era possível eternizarmos a defasagem entre os benefícios da Previdência e a política salarial, ocorrida sobretudo entre 1979 e 1984. Estamos realizando ajustes que vão de 2 a 19%, assim beneficiando mais de um milhão de pessoas.

Outra de nossas grandes preocupações tem sido o campo. Estamos empenhados em melhorarmos as condições de vida de nossos trabalhadores rurais, tantas vezes marginalizados e injustiçados.

Algumas das providências mais importantes no sentido de estender a previdência aos trabalhadores rurais foram

tomadas neste Governo. E agora, estamos caminhando um passo a mais nessa direção.

Já podemos também, hoje, anunciar nesse setor algumas importantes medidas.

O trabalhador rural passará a ter auxílio-reclusão e auxílio-doença, por montantes que equivalem a aproximadamente 50% do salário mínimo.

Estamos, além disso, universalizando a concessão de pensão às viúvas de trabalhadores rurais e seus filhos menores, mais uma correção.

Estamos, assim, corrigindo as injustiças mais evidentes.

Mas continuaremos o trabalho de melhoria da Previdência, pois um bom sistema previdenciário é fundamental para a nossa construção democrática, que se baseia na existência de oportunidades iguais para todos. E não pode haver oportunidades iguais onde nem mesmo todos tenham o direito à saúde e a seu sustento básico.

Este Governo tem sido e continuará sendo um Governo preocupado com os problemas dos trabalhadores, de nossa população pobre e carente, com a sorte dos desempregados, dos deficientes, com nossa população idosa e com os nossos aposentados.

Jamais iremos retroceder em nossa determinação de realizarmos a justiça social em nosso País, pois ela corresponde a uma aspiração da maioria de nosso povo e é a base da sobrevivência de nossas instituições democráticas.

Como bem acentuou o senhor Ministro Raphael de Almeida Magalhães, o nosso orçamento da Previdência passa a destinar mais de 70 bilhões de cruzados, através destes atos, para aposentados e pensionistas.

Essa quantia, sem dúvida, não deve ser considerada isoladamente, como um gesto de retirar do nosso orçamento uma parte substancial para os aposentados, mas deve ser vista também como uma crença no nosso País, porque ela está diretamente ligada à capacidade do País crescer.

Se não fosse a convicção do Governo de que vamos continuar crescendo, de que vamos continuar dizendo que

a recessão não pode nos ameaçar, jamais poderíamos dar o avanço que estamos dando neste instante.

Só é possível porque crescemos no ano passado, aumentamos a nossa arrecadação, pudemos dar maior atenção ao setor social. E se agora o Governo se compromete a ampliar uma margem tão grande no atendimento desse setor da Previdência Social, é porque o Governo acredita que nós vamos continuar nesse caminho, que é o caminho do crescimento econômico, o caminho da justiça social, voltada principalmente para os mais pobres.